



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
AV. PRUDENTE DE MORAIS, 100 - Bairro CIDADE JARDIM - Belo Horizonte - 3298-1100

TERMO DE COOPERAÇÃO

SEI nº 0007662-31.2025.6.13.8000

Acordo de Cooperação Técnica nº 019/2025 – TREMG

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS** E O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**, NA FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS**, CNPJ nº 05.940.740/0001-21, com sede na Av. Prudente de Moraes, n.º 100, Bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte/MG, doravante denominado **TREMG**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador Júlio César Lorens, e o **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO**, CNPJ 47.784.477/0001-79, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.805, Bairro Santo Agostinho, doravante denominado **TRF6**, neste ato representado por seu Presidente, Vallisney de Souza Oliveira, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Integração entre o **TRE/MG** e o **TRF6** para apoio na divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA COOPERAÇÃO

Os partícipes se dispõem, em regime de mútua cooperação, a apoiar a divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor, nos termos que se seguem:

I – DO TRE/MG

- a. Disponibilizar os materiais, informações e conteúdos para divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor;
- b. Divulgar em seu informativo interno, *site* e redes sociais informações sobre a parceria com a **TRF6**;
- c. Disponibilizar os arquivos dos programas de peças publicitárias, caso a **TRF6** tenha interesse em produzir peças voltadas ao seu público interno;
- d. Designar servidor(es) para o acompanhamento da execução das obrigações descritas neste Acordo.

II - DO TRF6

- a. Divulgar o cadastramento biométrico, com ações ajustadas em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do TREMG;
- b. Divulgar campanhas e conteúdos com enfoque no fortalecimento da democracia e na transparência do processo eleitoral, com o objetivo de apoiar a Justiça Eleitoral no enfrentamento à desinformação;
- c. Compartilhar nas redes sociais materiais desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cidadania do TRE-MG;
- d. Divulgar iniciativas e dar transparência a procedimentos que demonstrem a integridade do processo eleitoral brasileiro.
- e. Designar servidor(es) para o acompanhamento da execução das obrigações descritas neste Acordo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento tem início **a partir da data da assinatura** e término em **06 (seis) de maio de 2026 (dois mil e vinte e seis)**, podendo ser prorrogado.

Parágrafo Único. Ocorrendo a prorrogação do prazo de vigência, esta se fará por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXTINÇÃO DA COOPERAÇÃO

Faculta-se a qualquer um dos partícipes, a seu exclusivo critério e a salvo de qualquer multa ou indenização, dar por findo o presente Acordo a qualquer momento, devendo apenas o partícipe interessado notificar por escrito o outro de sua intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Na hipótese de extinção deste instrumento, os partícipes obrigam-se a cumprir todos os compromissos e obrigações pendentes ao tempo da extinção assumidas neste Acordo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

A celebração do presente Acordo de Cooperação Técnica não acarretará transferência de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes.

Parágrafo Único. As despesas necessárias ao cumprimento deste acordo serão da responsabilidade de cada partícipe em sua atuação.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Os partícipes publicarão o Acordo de Cooperação Técnica na página de seus respectivos sítios oficiais na internet, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da sua assinatura, consoante o art. 9º da Portaria SEGES/MGI nº 1.605/2024 e em analogia ao disposto nos arts. 94 e 174 e art. 184 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Em razão do presente instrumento, os partícipes poderão compartilhar, entre si, dados dos seus presidentes, diretores, conselheiros, representantes legais e contatos de empregados/servidores vinculados a este instrumento, obrigando-se a cumprir com as seguintes determinações:

Parágrafo Primeiro. Cumprir de forma integral com todas as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/18 (doravante denominada “LGPD”), **assegurando que o tratamento de dados pessoais será compatível com as bases legais permitidas pela referida legislação** e comprometendo a acompanhar eventuais alterações ou regulamentações complementares acerca do tema.

Parágrafo Segundo. Adotar as melhores práticas do mercado de segurança da informação, além de implementar regras internas de governança, medidas técnicas, administrativas e organizacionais que garantam a inviolabilidade, confidencialidade, disponibilidade e integridades dos dados pessoais que tiverem acesso em razão deste instrumento, exigindo que todos os seus empregados/servidores, parceiros e afins também adotem as mesmas regras de governança (técnicas e administrativas), de acordo com as disposições da “LGPD”.

Parágrafo Terceiro. Cada partícipe será responsável pelos prejuízos que ocasionar ao outro ou aos titulares dos dados, além de eventuais multas administrativas, decorrentes do descumprimento da “LGPD”.

CLÁUSULA OITAVA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Ajuste é celebrado com fundamento no art. 184 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 24, I, e 25, II, do Decreto Federal nº 11.531/2023, e na Portaria SEGES/MGI nº 1.605/2024.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I. Os partícipes poderão, a qualquer tempo e de comum acordo, modificar este instrumento através de Termo Aditivo, mediante prévia e expressa comunicação.

II. Para acompanhar o desenvolvimento do presente instrumento, o TRF6 e o TREMG indicarão seus representantes, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

CLÁUSULA DEZ – DO FORO

Por força do disposto no inciso I do art. 109, da Constituição Federal, e no §1º do art. 92, da Lei nº 14.133/2021, o Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais será o competente para dirimir questões resultantes do presente instrumento.

E, por estarem ajustados e acordados, os partícipes assinam o presente instrumento de forma eletrônica.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2025.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Júlio César Lorens

Presidente

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Vallisney de Souza Oliveira

Presidente

ANEXO

PLANO DE TRABALHO

Cooperação Técnica para apoio na divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor

1. Partícipes:

1.1.

Órgão / Entidade:	Tribunal Regional Eleitoral – TRE-MG
CNPJ:	05.940.740/0001-21
Endereço:	Avenida Prudente de Moraes, 100, Bairro Cidade Jardim
Cidade/UF:	Belo Horizonte/MG
Nome do Responsável:	Desembargador Júlio César Lorens
Cargo/Função do Responsável:	Presidente

1.2.

Órgão / Entidade:	TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO
CNPJ:	47.784.477/0001-79
Endereço:	Av. Álvares Cabral, 1.805, Bairro Santo Agostinho
Cidade/UF:	Belo Horizonte/MG
Nome do(s) Responsável(is):	Vallisney de Souza Oliveira
Cargo/Função do(s) Responsável(is):	Presidente

2. Caracterização Detalhada do Objeto:

Estabelecer a cooperação entre os partícipes para o auxílio técnico-administrativo em atividades inerentes ao apoio na divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor.

3. Justificativa Geral da Necessidade da Cooperação:

O cadastro biométrico de eleitores representa um avanço fundamental para a modernização e a segurança do processo eleitoral. Por meio da identificação única e intransferível das digitais o cadastramento biométrico garante maior confiabilidade ao sistema de votação, reduzindo significativamente riscos como fraudes, duplicidade de inscrições e uso indevido de identidades. Além disso, a biometria possibilita maior agilidade na identificação do eleitor na hora da votação, tornando o processo mais eficiente.

A adoção da biometria reforça a transparência e a legitimidade das eleições, intensificando a credibilidade da Justiça Eleitoral perante a sociedade. Esta Justiça Especializada, responsável pelo processo eleitoral, tem o dever de assegurar que todos os cidadãos estejam devidamente cadastrados, garantindo a lisura do pleito e a igualdade de condições no exercício do voto.

Por certo, a realização do cadastramento biométrico em larga escala demanda uma estrutura logística complexa, envolvendo equipamentos, locais adequados e pessoal capacitado. Diante

desse desafio, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais deve buscar parcerias e cooperações com outros órgãos públicos, entidades privadas e instituições da sociedade civil com vistas a ampliar sua capacidade operacional.

A colaboração com órgãos e entidades pode viabilizar a divulgação do processo eleitoral e os locais de realização do cadastro biométrico e ações de cidadania, acelerando o processo sem onerar os cofres públicos. Essas parcerias, regulamentadas por instrumentos formais de cooperação técnica, permitem que o Tribunal Regional Eleitoral atue com celeridade e eficiência, alcançando um maior número de eleitores em menor tempo.

A cooperação com órgãos e entidades confere a este Tribunal Regional Eleitoral uma maior capilaridade de atendimento, facilitando o acesso da população, democratizando o processo e garantindo que nenhum cidadão seja excluído por limitações das informações ou informações falsas.

Em síntese, o apoio na divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor, constitui uma parceria estratégica e indispensável para sua implementação em larga escala. Assim sendo, este Regional, ao fomentar essas cooperações, demonstra compromisso com a modernização da Justiça Eleitoral e com o fortalecimento da democracia brasileira.

4. Justificativa Específica:

A parceria com o TRF6 para apoio na divulgação da campanha de cidadania e de comunicação para ampliação da biometria e da implantação das unidades de atendimento ao eleitor é de interesse do TRE-MG que precisa elevar o número de eleitores biometrizados e combater a desinformação.

O TRF6 tem grande capilaridade e é respeitado pela população brasileira, de forma que o apoio na divulgação de informações reveste-se de suma importância para este Tribunal.

Frise-se, ainda, que já foram feitas parcerias anteriores com o TRF6, em especial os Acordos de Cooperação Técnica nº 33/2024 - TREMG e nº 04/2024 - TREMG, abarcando ações exitosas.

5. Metas a serem atingidas:

Conforme as projeções feitas pela Seção de Estatística e Ciência de Dados (SECID) no documento SEI nº 6314465 do Processo 0000016-22.2025.6.13.8500, se forem considerados 14 kits em local estruturado, com atendimento de 36 eleitores por kit, durante 90 dias, serão atendidos 45.360 eleitores nesse período.

É necessário salientar que essa projeção leva em consideração a busca constante de eleitores durante os dias em que essa estrutura estiver ativa.

Para atingir tais metas, é necessário o apoio de órgãos e entidades que façam com que essa informação chegue ao local desejado, e isso se dá através da divulgação, que somente o TRE/MG não teria capilaridade para atender ao número desejado de pessoais no período pretendido.

6. Atribuições dos Partícipes:

6.1. Compete ao TRF6:

- a. Divulgar o cadastramento biométrico, com ações ajustadas em parceria com a Secretaria de Comunicação Social do TREMG;
- b. Divulgar campanhas e conteúdos com enfoque no fortalecimento da democracia e na transparência do processo eleitoral, com o objetivo de apoiar a Justiça Eleitoral no enfrentamento à desinformação;
- c. Compartilhar nas redes sociais materiais desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cidadania do TRE-MG;
- d. Divulgar iniciativas e dar transparência a procedimentos que demonstrem a integridade do processo eleitoral brasileiro.
- e. Designar servidor(es) para o acompanhamento da execução das obrigações descritas neste Acordo.

6.2. Compete ao TRE-MG:

- a. Disponibilizar os materiais, informações, conteúdos e locais da realização do cadastro eleitoral e coleta de dados biométricos, bem como informações adicionais relativas ao processo eleitoral e ações de cidadania;
- b. Divulgar em seu informativo interno, *site* e redes sociais informações sobre a parceria com o TRF6;
- c. Disponibilizar os arquivos dos programas de peças publicitárias, caso o TRF6 tenha interesse em produzir peças voltadas ao seu público interno;
- d. Designar servidor(es) para o acompanhamento da execução das obrigações descritas neste Acordo.

7. Cronograma das Atividades:

ETAPA		RESPONSÁVEL	PRAZO
1ª	Disponibilização das informações, programas, projetos a serem realizados, com as respectivas datas e horários	TRE/MG	Ao início da cooperação (primeiro dia) ou quando necessário
2ª	Promover a divulgação das informações disponibilizadas.	TRF6	Após a disponibilização das informações até o término da atividade.
3ª	Monitoramento e ajustes da cooperação	Ambos os partícipes	Durante toda a cooperação
4ª	Encerramento e avaliação	Ambos os partícipes	Ao final da cooperação (último dia)

8. Gestão e Acompanhamento:

Para acompanhar o desenvolvimento do presente instrumento, o TRF6 e o TREMG indicarão seus representantes, ficando acordado que todas as comunicações entre os signatários deverão ser formalmente encaminhadas aos representantes indicados.

9. Duração da Cooperação:

O prazo de duração da cooperação será da data da assinatura até 06/05/2026.

10. Disposições Finais:

10.1. Não haverá transferência de recursos financeiros entre os partícipes;

10.2. A cooperação poderá ser prorrogada mediante acordo mútuo;

10.3. A cooperação reger-se-á pelas Leis nº 14.133/2021, bem como demais normativos legais aplicáveis ao caso.

10.4. Tendo em vista que a cooperação é gratuita, necessária e benéfica ao TRE-MG, fica dispensada a apresentação e conferência de certidões fiscais e de habilitação entre os partícipes (sejam eles órgãos e/ou entidades públicas e/ou privadas).

A dispensa de comprovação de certidões entre os partícipes para a formalização de cooperações fortuitas visando ao cadastro biométrico encontra fundamento nas seguintes razões:

10.4.1. Natureza Não Onerosa da Cooperação –

- As parcerias em questão não envolvem transferência de recursos financeiros.
- Como não há repasse de dinheiro, os riscos de irregularidade são mínimos, tornando exigências como certidões de débitos ou regularidade fiscal desproporcionais ao objetivo da cooperação.

10.4.2. Interesse Público e Eficiência Administrativa -

- O cadastro biométrico é essencial para a autenticidade do processo eleitoral, conforme determina a legislação e a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- A burocracia excessiva atrasa a celebração de acordos de cooperação, retardando a expansão do cadastramento e prejudicando o cumprimento da missão institucional do TRE-MG.
- A simplificação de procedimentos está em consonância com o princípio da eficiência administrativa (Art. 37, CF/88) e com as diretrizes de modernização do Estado.

10.4.3. Segurança Jurídica e Controle Alternativo -

- A dispensa de certidões não significa ausência de fiscalização. O TRE-MG manterá mecanismos de controle e fiscalização da execução dos ajustes, garantindo a lisura das parcerias.

10.4.4. Experiência Bem-Sucedida em Outras Esferas -

- Diversos órgãos públicos, como universidades e prefeituras, já adotam a simplificação de procedimentos em acordos de cooperação sem recursos financeiros, sem prejuízo à legalidade.
- O próprio Tribunal Superior Eleitoral já recomendou a agilização de processos para priorizar a biometria, dada sua importância estratégica.

Por todo o exposto, a dispensa de certidões e a redução de exigências burocráticas para a formalização de cooperações gratuitas e de interesse público são medidas necessárias e legítimas, pois:

- a) Aceleram a formalização de parcerias;
- b) Ampliam a capilaridade dos serviços de cadastro biométrico;
- c) Otimizam recursos do TRE-MG;
- d) Priorizam o cumprimento da missão institucional deste Tribunal Regional Eleitoral sem abrir margem a riscos relevantes.

Ressalta-se, por fim, que a medida não afasta a responsabilidade dos partícipes, mas apenas ajusta o formalismo à realidade das parcerias técnicas, em linha com as melhores práticas de gestão pública e com o princípio do formalismo moderado.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR LORENS, Presidente**, em 17/07/2025, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALLISNEY DE SOUZA OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 19/08/2025, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tre-mg.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6570787** e o código CRC **7D824CAE**.